

LEI ORDINÁRIA Nº 869

de 19 de dezembro de 2011

"Estima a RECEITA e fixa DESPESA do Município de Chapadão do Sul, para o Exercício de 2012".

O PREFEITO MUNICIPAL de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º..

O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul /MS, para o Exercício financeiro de 2012, estima à receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 70.980.750,00, (Setenta milhões, novecentos e oitenta mil, setecentos e cinquenta reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º..

A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DE TODAS AS FONTES

1.1 RECEITAS CORRENTES

- Receita Tributária	R\$
10.326.700,00	
- Receita Contribuições	R\$
2.322.000,00	
- Receita Patrimonial	R\$
2.249.500,00	
- Receita Industrial	R\$
110.000,00	
- Receita de Serviços	R\$
161.000,00	
- Transferências Correntes	R\$
51.185.350,00	
- Outras Receitas Correntes	R\$
1.703.200,00	
TOTAL	R\$
68.057.750,00	

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

- Operações de Crédito	R\$
850.000,00	
- Alienação de Bens	R\$
65.000,00	
- Amortização de Empréstimos	R\$
177.400,00	
- Transferências de Capital	R\$
7.339.600,00	
TOTAL	R\$
8.432.000,00	

1.3 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

- Receitas de Contribuições	R\$	1.803.000,00
- Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	1.805.000,00

TOTAL DE RECEITAS	R\$	78.294.750,00
--------------------------	------------	----------------------

1.4 REDUTORES

- Dedução Remuneração de Invest. do RPPS	R\$	2.000,00
- Dedução FUNDEB - FPM	R\$	2.500.000,00
- Dedução FUNDEB - ITR	R\$	320.000,00
- Dedução FUNDEB - LEI CANDIR N. 87/96	R\$	22.000,00
- Dedução FUNDEB - ICMS	R\$	4.100.000,00
- Dedução FUNDEB - IPVA	R\$	340.000,00
- Dedução FUNDEB - IPI	R\$	30.000,00
EXPORTAÇÃO		
TOTAL REDUTORES	R\$	-7.314.000,00
TOTAL LÍQUIDO	R\$	70.980.750,00

Art. 3º..

A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 70.980.750,00 (Setenta milhões, novecentos e oitenta mil, setecentos e cinquenta reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 49.027.650,00 (Quarenta e nove milhões, vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 21.953.100,00 (Vinte e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, e cem reais).

Art. 4º..

A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observando o seguinte desdobramento:

DESPESA DE TODAS AS FONTES**DESPESA POR CATEGORIA****ECONÔMICA**

- Despesas Correntes	R\$	51.095.530,00
- Despesas de Capital	R\$	15.122.220,00
- Despesas Intra-Orçamentárias	R\$	4.483.000,00
- Reserva de Contingência	R\$	280.000,00
TOTAL	R\$	70.980.750,00

DESPESAS POR ÓRGÃOS**I - PODER LEGISLATIVO**

0001 Câmara Municipal	R\$	3.145.000,00
-----------------------	-----	--------------

II - PODER EXECUTIVO

0010 Gabinete do Prefeito	R\$	1.722.000,00
0015 Secretaria Municipal de Governo	R\$	430.000,00
0020 Secretaria Municipal de Administração	R\$	2.269.500,00
0025 Sec.Mun. de Obras Transp. Serv. Público	R\$	15.046.600,00
0030 Sec.Mun. de Educação, Cultura. Desporto e Lazer	R\$	19.455.650,00
0035 Secretaria Municipal de Saúde	R\$	12.595.000,00
0040 Secretaria Mun. de Assistência Social	R\$	3.887.100,00
0045 Sec.Mun. Desenvol. Econômico e Meio Ambiente	R\$	3.247.650,00
0050 Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento	R\$	3.429.250,00
0099 Reserva de Contingência	R\$	280.000,00

III - REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA

0080 IPMCS - Inst. Prev. Social Serv Mun Chap do Sul	R\$	5.471.000,00
--	-----	--------------

TOTAL DA DESPESA COM REC. TODAS AS R\$ 70.980.750,00

FONTES

Art. 5º..

As Receitas e Despesas totais constantes deste Orçamento estão previstas por Fonte de Recursos com o seguinte desdobramento:

FONTE DE RECURSOS	RECEITA	DESPESA
	R\$	R\$
00Recursos Ordinários	52.729.750,00	44.068.750,00
03Contribuição p/ o Regime Próprio de Prev. Social -RPPS	3.472.000,00	5.471.000,00
04Contribuição ao Programa de Ensino Fundamental	330.000,00	330.000,00
14Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde - SUS	1.454.500,00	1.454.500,00
15Transf. de Rec.do Fundo Nac do Desenv da Educ -FNDE	453.300,00	453.300,00
16Contribuição de Inter. do Domínio Econômico -CIDE	126.500,00	126.500,00
17Contribuição p/ o Custeio dos Serv de Ilum. Públ -COSIP	770.500,00	770.500,00
18Transferências do FUNDEB -(Aplic na remuneração) 60%	0,00	5.592.800,00
19Transferências do FUNDEB -(Aplic na remuneração) 40%	0,00	3.068.200,00
20Transferências de Convênios - União/Educação	1.400.500,00	1.400.500,00
21Transferências de Convênios - União/Saúde	686.500,00	686.500,00
22Transferências de Convênios - União/Assistência Social	222.000,00	222.000,00
23Transferências de Convênios - União/Outros	4.366.500,00	4.366.500,00
24Transferências de Convênios - Estado/Educação	303.300,00	303.300,00
25Transferências de Convênios - Estado/Saúde	623.900,00	623.900,00
26Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	219.000,00	219.000,00
27Transferências de Convênios - Estado/Outros	688.100,00	688.100,00
29Transferências de Recursos do FNAS	284.900,00	284.900,00

90Operação de Crédito Internas	850.500,00	850.500,00
95Remuneração de Depósitos Bancários	1.999.000,00	0,00
TOTAL GERAL	0.980.750,00	70.980.750,00

Art. 6º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios às fontes referidas nos incisos I a III do § 1º, Art. 43 da Lei Federal Nº. 4.320 de 17 de março de 1.964.

Parágrafo único. .

Fica autorizado e não será computada para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I.

para atender despesas com pessoal com encargos sociais.

II.

à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por

Lei:

III.

à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 7º..

Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal Nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

Art. 8º..

Os recursos captados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente provindos da doação de parte do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas serão utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive concedendo subvenções e auxílios a despesas de capital.

Art. 9º.

Esta LEI entra em vigor em 1º de Janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Sul - MS, 19 de Dezembro de 2011.

JOCELITO KRUG *Prefeito Municipal*

Lei Ordinária Nº 869/2011 - 19 de dezembro de 2011

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em